

Este material inaugura a jornada de preparação para o primeiro encontro do programa **IFRS S1 e S2 na Prática**. Seu objetivo é oferecer uma base comum de leitura para que a discussão presencial seja mais objetiva, qualificada e orientada à tomada de decisão. Mais do que apresentar conceitos, a proposta é organizar o **contexto regulatório, técnico e estratégico** que explica por que os padrões ISSB passaram a ocupar posição central na agenda de companhias abertas, investidores, auditores, reguladores, bancos e demais agentes do mercado.

O encontro de abertura discutirá os desafios e perspectivas da implementação dos padrões **IFRS S1 e S2 no Brasil**, com ênfase na qualidade da informação, na comparabilidade entre empresas, na conexão com riscos financeiros e na credibilidade dos processos de reporte. Para que esse diálogo seja mais proveitoso, esta pré-leitura recupera a evolução dos relatos de sustentabilidade, diferencia conceitos frequentemente tratados como equivalentes — sustentabilidade, clima, emissões e riscos climáticos financeiros — e apresenta a lógica dos padrões IFRS como uma linguagem comum de divulgação financeira relacionada à sustentabilidade.

A leitura antecipa questões práticas que atravessarão todo o programa. Ao final, espera-se que o participante chegue ao encontro com uma visão comum sobre: **o que os padrões exigem divulgar; o que eles não prescrevem metodologicamente; e como práticas já existentes podem ser reorganizadas para atender a uma agenda de reporte financeiro mais comparável, verificável e útil para investidores.**

Boa leitura!

1. Como chegamos aqui: evolução dos relatos de sustentabilidade e tentativas de padronização

A multiplicidade de *frameworks* e padrões não se desenvolveu por acaso. Cada iniciativa buscou responder a uma necessidade específica: relatar impactos socioambientais, mensurar emissões, organizar informações setoriais, responder a investidores ou traduzir riscos climáticos em linguagem financeira. O resultado, porém, foi um ecossistema rico, mas com diferenças relevantes de escopo, público-alvo, materialidade, métricas e formato de divulgação.

Tabela 1. Evolução histórica dos sistemas de relato

| Marco temporal e iniciativa | Contribuição |
|--|---|
| 1997–2000 GRI | Estruturou uma linguagem comum para impactos econômicos, ambientais e sociais; segue como referência de materialidade por impacto. |
| 1998–2001 GHG Protocol | Consolidou bases para inventários corporativos de gases de efeito estufa — Escopos 1, 2 e 3. |
| 2000–2002 CDP | Criou uma plataforma global de resposta a investidores sobre clima, água e florestas; em 2024, o questionário climático passou a ter IFRS S2 como baseline. |
| 2006 PRI | Estabeleceu princípios e práticas de investimento responsável para investidores institucionais. |
| Década de 2010 SASB, CDSB e Relato Integrado | Trouxeram foco em valor, riscos setoriais e conectividade entre desempenho financeiro e não financeiro. |
| 2017 TCFD | Consolidou os quatro pilares hoje centrais: governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas para riscos climáticos. |
| 2023 em diante ESRS e TNFD | Ampliam a agenda para dupla materialidade, natureza e biodiversidade. |
| 2023 IFRS S1 e S2 / ISSB | Estabeleceram uma <i>baseline</i> global, focada em investidores, para riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima. |

Fonte: elaboração própria com base em GRI; 2024; WRI/WBCSD; 2004; WRI/WBCSD; 2011; TCFD; 2017; IFRS Foundation; 2023c; IFRS Foundation; 2024a; CDP; 2024; PRI; 2026; TNFD; 2023.

O avanço da padronização responde a um problema concreto. O panorama pré-ISSB era fragmentado, com centenas de sistemas voluntários e obrigatórios, adoção parcial de *frameworks*, formatos diversos e métricas pouco comparáveis. Isso aumenta custos de preparação, análise, assecuração e diálogo com investidores (IFRS Foundation; 2023c).

2. Pontos de atenção conceitual

Antes de entrar nos requisitos de IFRS S1 e S2, é importante rever conceitos que muitas vezes aparecem juntos no debate corporativo. Essa distinção é prática: define quais dados serão coletados, quais áreas precisarão se envolver, como a materialidade será avaliada e que tipo de informação poderá ser útil para investidores.

Tabela 2. Revendo conceitos

| Conceito | Como interpretar |
|---|--|
| Sustentabilidade ≠ clima | Sustentabilidade inclui temas ambientais, sociais, de governança, cadeia de valor, capital humano, direitos humanos, natureza e impactos econômicos. Clima é um subconjunto. |
| Clima ≠ emissões | Emissões são parte da agenda climática. IFRS S2 também trata riscos físicos, riscos de transição, oportunidades, cenários, resiliência, métricas e metas. |
| Relato ESG ≠ disclosure financeiro de sustentabilidade | Relatórios ESG tradicionais podem ter foco reputacional ou <i>multistakeholder</i> . IFRS S1/S2 são voltados a informações úteis para investidores, credores e demais provedores de capital. |
| Materialidade financeira ≠ dupla materialidade | IFRS S1/S2 partem de informações que pode afetar fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital. ESRS combinam impacto e efeito financeiro. |

Fonte: elaboração própria com base em IFRS Foundation; 2017; IFRS Foundation; 2023a; IFRS Foundation; 2023b; IFRS Foundation; 2023c; GRI; 2024; European Commission; 2023; TNFD; 2023.

3. Jornada IFRS

Os *IFRS Sustainability Disclosure Standards* podem ser compreendidos como uma **linguagem comum de divulgação financeira relacionada à sustentabilidade**, voltada a investidores e demais provedores de capital. Sua função principal não é substituir metodologias de gestão climática, ambiental ou ESG já adotadas pela companhia, mas organizar, padronizar e tornar comparável a divulgação de riscos e oportunidades de sustentabilidade que possam **afetar fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital**.

Os padrões exigem que a empresa demonstre, de forma material, conectada e verificável, como sustentabilidade e clima afetam suas perspectivas financeiras. A liberdade metodológica permanece relevante na escolha de processos internos, ferramentas, fornecedores de cenários e *frameworks* de apoio, mas o resultado divulgado precisa atender aos requisitos dos padrões, detalhados a seguir.

Tabela 3. Requisitos centrais de IFRS S1 e IFRS S2

| Tema | IFRS S1 — requisitos gerais | IFRS S2 — requisitos climáticos |
|--|--|---|
| Objetivo do disclosure | Divulgar informações materiais sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar as perspectivas da entidade, incluindo fluxos de caixa, acesso a financiamento e custo de capital. | Divulgar informações materiais sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima que possam afetar as perspectivas da entidade. |
| Governança | Informar processos, controles e procedimentos usados para supervisionar, gerir e monitorar riscos e oportunidades de sustentabilidade. | Informar como a governança supervisiona riscos e oportunidades climáticos, incluindo responsabilidades, comitês, competências e acompanhamento. |
| Estratégia | Explicar como riscos e oportunidades de sustentabilidade afetam modelo de negócio, cadeia de valor, estratégia, decisões e perspectivas de curto, médio e longo prazo. | Explicar riscos físicos, riscos de transição e oportunidades climáticas; efeitos atuais e esperados; resiliência da estratégia; e uso de análise de cenários climáticos. |
| Gestão de riscos | Descrever processos para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades de sustentabilidade, inclusive sua integração à gestão corporativa de riscos. | Detalhar processos de identificação, avaliação, priorização e monitoramento de riscos climáticos e sua integração à gestão de riscos da companhia. |
| Métricas e metas | Divulgar métricas e metas usadas para medir, monitorar e gerir riscos e oportunidades materiais, incluindo progresso frente a objetivos definidos pela companhia ou exigidos por norma/regulação. | Divulgar emissões de GEE Escopos 1, 2 e 3, métricas climáticas, metas climáticas, uso de créditos de carbono, preço interno de carbono, remuneração vinculada ao clima, quando aplicável, e métricas setoriais. |
| Conectividade com informação financeira | Conectar <i>disclosures</i> de sustentabilidade às demonstrações financeiras, ao período de reporte, à entidade que reporta e às informações financeiras de propósito geral. | Conectar riscos e oportunidades climáticos a efeitos financeiros atuais e esperados, incluindo ativos, receitas, custos, capex, financiamento, cadeia de valor e resiliência. |

Fonte: elaboração própria com base em IFRS Foundation; 2023a; IFRS Foundation; 2023b; IFRS Foundation; 2023c; CVM; 2023; CFC; 2024.

Benefícios esperados: por que isso importa para a alta gestão

A adoção dos padrões IFRS S1 e S2 deve ser lida menos como uma obrigação documental isolada e mais como uma mudança na infraestrutura de informação corporativa. Os benefícios dependem da qualidade da implementação, mas a lógica é que maior comparabilidade, verificabilidade e conexão com riscos financeiros reduzam assimetrias de

informação e qualifiquem a tomada de decisão de investidores e da própria companhia. Benefícios potenciais incluem: melhor diálogo com investidores e credores; maior disciplina interna de dados e controles; conexão entre sustentabilidade, estratégia e planejamento financeiro; preparo para asseguarção; e racionalização de *frameworks* já utilizados.

Esses benefícios, porém, não são automáticos. A adoção dos padrões pode elevar custos de curto prazo, exigir novas capacidades técnicas, pressionar sistemas de dados, demandar maior integração entre áreas e expor inconsistências entre narrativa ESG, gestão de riscos, planejamento financeiro e demonstrações contábeis.

4. Instrumentos já usados: como podem ajudar a cumprir IFRS S1/S2

Na prática, a implementação tende a ser mais eficiente quando a companhia faz um inventário do que já possui: inventários de emissões, respostas ao CDP, metas SBTi, relatórios GRI, uso de SASB, processos TCFD, práticas PRI, políticas de risco e materiais de governança. O ponto crítico é converter esses insumos em evidência útil para cumprir IFRS S1 e S2.

Tabela 4. Instrumentos amplamente utilizados X IFRS S1/S2

| Instrumento | Como pode ajudar nos IFRS S1/S2 | Limite |
|-------------------------------------|---|--|
| SASB | Apoia identificação de temas e métricas setoriais; IFRS S1 exige considerar os padrões SASB. | Considerar não significa aplicar automaticamente; é preciso avaliar materialidade. |
| TCFD | Fornecer a arquitetura de governança, estratégia, riscos, métricas e metas incorporada ao ISSB. | Relato TCFD isolado pode não cobrir todos os requisitos IFRS. |
| GHG Protocol | Base para mensuração de emissões de GEE no IFRS S2. | Inventário de GEE não substitui análise de risco climático, cenários e efeitos financeiros. |
| CDP e SBTi | CDP pode apoiar dados climáticos; SBTi pode apoiar metas, ano-base, escopo e validação externa. | Não substituem materialidade financeira, governança, conectividade e declaração de conformidade. |
| GRI, ESRS e Relato Integrado | Podem complementar temas, impactos, dupla materialidade e conectividade de criação de valor. | Devem ser reorganizados para não obscurecer a baseline financeira ISSB. |
| PRI e PCAF | Úteis sobretudo para investidores, bancos e instituições financeiras, em integração ESG, <i>stewardship</i> e emissões financiadas. | Não são padrões gerais de <i>disclosure</i> corporativo para emissores. |

Fonte: elaboração própria com base em IFRS Foundation; 2023a; IFRS Foundation; 2023b; IFRS Foundation; 2023c; IFRS Foundation; 2024b; CDP; 2024; SBTi; 2026; PRI; 2026; GRI; 2024; TCFD; 2017; PCAF; 2025; CBARI; s.d.

5. Brasil: cenário regulatório, cronograma e empresas aderentes

O Brasil avançou cedo na agenda ISSB. A Resolução CVM nº 193/2023 permitiu a adoção voluntária dos padrões ISSB para os exercícios de 2024 e 2025 e estabeleceu a obrigatoriedade para companhias abertas a partir dos exercícios iniciados em ou após, 1º de janeiro de 2026. Em 2024, a CVM aprovou os Pronunciamentos Técnicos CBPS 01 e 02, posteriormente publicados pelo CFC como NBC TDS 01 e NBC TDS 02. Em 2025, o período voluntário continuou e a CVM realizou pesquisa de acompanhamento da implementação. Em 2026, inicia-se o primeiro exercício obrigatório, com expectativa de que os primeiros relatórios obrigatórios sobre o exercício 2026 sejam disponibilizados ao mercado em 2027.

Sinais de mercado: adesão voluntária ainda deve ser lida como movimento em formação. Em pesquisa, a CVM identificou empresas que declararam intenção de adoção voluntária, e exemplos como Vale, Lojas Renner, Natura e Grendene indicam que o mercado começa a testar processos, dados, materialidade financeira, asseguarção e comunicação (CVM; 2025b).

6. Obstáculos esperados e questões para reflexão

A implementação tende a exigir ajustes conforme a prática se consolida. Os principais gargalos não estão apenas na redação do relatório, mas na interpretação e operacionalização de conceitos-chave: materialidade financeira, definição de cenários climáticos, uso dos padrões setoriais SASB, estabelecimento de metas, sistemas de dados, controles internos e asseguarção.

Questões para reflexão:

- A empresa já identificou quais riscos e oportunidades de sustentabilidade podem afetar fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital?
- Cenários climáticos, metas e inventário de emissões estão conectados à estratégia, ao planejamento financeiro e à gestão de riscos?
- Os dados de sustentabilidade têm responsáveis, controles, rastreabilidade e qualidade compatíveis com asseguarção?
- Quais *frameworks* já usados — CDP, GRI, SBTi, GHG Protocol, SASB, PRI, TCFD — podem ser reaproveitados, e o que precisará ser ajustado?

Referências

- ANBIMA. *E-book Jornada IFRS: IFRS S1 e S2 na análise de investimentos*. São Paulo, 2026.
- ANBIMA. *Novo e-book explica regras IFRS S1 e S2*. São Paulo, 2026.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). *Resolução CVM nº 193, de 20 de outubro de 2023*. Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board — ISSB. Rio de Janeiro, 2023.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). *Resolução CVM nº 217, de 29 de outubro de 2024*. Aprova o Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 — Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade. Rio de Janeiro, 2024a.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). *Resolução CVM nº 218, de 29 de outubro de 2024*. Aprova o Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 — Divulgações Relacionadas ao Clima. Rio de Janeiro, 2024b.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). *Resolução CVM nº 219, de 29 de outubro de 2024*. Altera a Resolução CVM nº 193, de 20 de outubro de 2023. Rio de Janeiro, 2024c.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). *Resolução CVM nº 227, de 31 de março de 2025*. Altera a Resolução CVM nº 193, de 20 de outubro de 2023. Rio de Janeiro, 2025a.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). *Nota Técnica: pesquisa ampla sobre a implementação da Resolução CVM nº 193/2023*. Rio de Janeiro, 2025b.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). *Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP: orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, estrangeiras e incentivadas registradas na CVM*. Rio de Janeiro, 2026.
- BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. *NBC TDS 01 e NBC TDS 02*. Brasília, 2024.
- BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. *NBC TAS 5000 — Asseguração de Relatórios de Sustentabilidade, Relato Integrado e correlatos*. Brasília, 2025.
- CBARI. Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado. *A Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado*. São Paulo, s.d.
- CDP. *Mapping IFRS S2 to CDP's 2024 Questionnaire*. Londres, 2024.
- EUROPEAN COMMISSION. *Commission Delegated Regulation (EU) 2023/2772 of 31 July 2023 supplementing Directive 2013/34/EU as regards sustainability reporting standards*. Bruxelas, 2023.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE. *GRI Standards*. Amsterdã, 2024.
- GRENDENE S.A. *Demonstrações Financeiras Padronizadas 2025 — Nota 2.1: informações financeiras relacionadas à sustentabilidade*. Sobral, 2026.

IFRS FOUNDATION. *IFRS Practice Statement 2: Making Materiality Judgements*. Londres, 2017.

IFRS FOUNDATION. *IFRS S1: General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*. Londres, 2023a.

IFRS FOUNDATION. *IFRS S2: Climate-related Disclosures*. Londres, 2023b.

IFRS FOUNDATION. *Effects Analysis: IFRS S1 and IFRS S2*. Londres, 2023c.

IFRS FOUNDATION. *Introduction to the ISSB and IFRS Sustainability Disclosure Standards*. Londres, 2024a.

IFRS FOUNDATION. *Using the SASB Standards to meet the requirements in IFRS S1*. Londres, 2024b.

IFRS FOUNDATION. *ISSB delivers further harmonisation of the sustainability disclosure landscape*. Londres, 2024c.

IFRS FOUNDATION. *Jurisdictional Profile: Brazil*. Londres, 2025.

PARTNERSHIP FOR CARBON ACCOUNTING FINANCIALS. *The Global GHG Accounting and Reporting Standard for the Financial Industry — Part A: Financed Emissions. Third Edition*. Utrecht, 2025.

PRI ASSOCIATION. *Reporting and Pathways: 2026 reporting*. Londres, 2026.

PROJETO IFRS S1 E S2 NA PRÁTICA. *Pré-leitura 1º Workshop*. São Paulo, s.d.

SCIENCE BASED TARGETS INITIATIVE. *Corporate Net-Zero Standard, Version 1.3.1*. Londres, 2026.

TASK FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES. *Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures*. Basileia, 2017.

TASKFORCE ON NATURE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES. *Recommendations of the Taskforce on Nature-related Financial Disclosures*. Londres, 2023.

WORLD RESOURCES INSTITUTE; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. *The Greenhouse Gas Protocol: A Corporate Accounting and Reporting Standard — Revised Edition*. Washington, D.C.; Genebra, 2004.

WORLD RESOURCES INSTITUTE; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. *Corporate Value Chain (Scope 3) Accounting and Reporting Standard*. Washington, D.C.; Genebra, 2011.